



NOVOS RUMOS

Edição 5 - janeiro de 2006 - distribuição gratuita



40 anos
1965 a 2005

Sintep

40 anos de Educação em Mato Grosso



Sumário

Sintep-MT - Uma história de resistência

Pág. 04

**A atuação do Sintep nos movimentos sociais,
nos últimos 40 anos**

Pág. 06

**Vanguarda da Educação brasileira
e luta pela democratização da informação**

Pág. 10

Sintep-MT: pioneirismo e principalidade

Pág. 12

40 anos fazendo valer nosso suor

Pág. 14

**Estruturação das redes municipais
passa pela luta do Sintep**

Pág. 16

40 anos. Há passado. Que fazer com ele?

Pág. 18



Gestão
"Pra continuar valendo nosso suor"

Presidente:
Júlio César Martins Viana

Jornalista Responsável:
Regina Deliberai-DRTE-MT 281

Fotos:
José Medeiros, Marcio Trevisan,
Rafael Manzutti, Luci Mary e
arquivo do Sintep-MT

Produção:
Pau e Prosa Comunicação
65-3664 3300/65-3052.1138
contato@paueprosa.com.br

Rua Manoel Ferreira de Mendonça,
nº 299 - Br. Bandeirantes
Cuiabá/MT - CEP 78.010-160
Fone: 65-3623.4343 / 0800-
654343
Fax: 65-3623.4699
sintep@terra.com.br
comunicacao@sintep.org.br

Livre, democrático e de luta.

Há 40 anos, o(a)s profissionais da educação de Mato Grosso iniciaram o movimento pela criação da entidade sindical que tornou-se a maior e mais influente do Estado. Hoje, a história do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT) confunde-se com a evolução da carreira da categoria e também com os avanços verificados na educação pública mato-grossense e brasileira.

“O Sindicato (Sintep) já nasceu com a vocação para a mudança, para a transformação da sociedade. Todas as grandes bandeiras sociais tiveram ressonância no movimento: combate ao neoliberalismo, ao imperialismo, à guerra, à violência, à discriminação, à pobreza. Essas situações foram respondidas com a intransigente defesa dos direitos, tanto humanos como sociais e políticos; foram respondidas com mobilização pela educação pública de qualidade; foram respondidas com profundo compromisso com a classe trabalhadora; foram respondidas com cotidiano esforço em busca da dignidade profissional do(a)s trabalhadore(a)s em educação”, escreve a presidente da CNTE, Juçara Dutra Vieira, no artigo de abertura desta edição.

Já a pesquisadora Artemis Torres faz algumas reflexões sobre “a arte da atuação política produzida pelo Sintep-MT, em seus 40 anos de existência”. A partir dessa longa trajetória, constituída de intensa mobilização orientada para a construção da identidade do(a) trabalhador(a) da educação, ela procura compreender os elementos mais representativos para explicar sua decisiva contribuição aos movimentos sociais, em Mato Grosso.

O jornalista Álvaro Marinho traça a trajetória de luta do Sintep pela educação mato-grossense e brasileira. Analisa a postura da imprensa frente aos movimentos sociais e relata a preocupação do Sintep com o uso político dos meios de comunicação em defesa dos interesses de grupos articulados no poder. “Espero que um dia a mídia abandone o jogo do poder e da encenação do establishment político-econômico-financeiro para garantir pluralidade na verdadeira informação”, afirma ao defender a democratização da informação.

O deputado federal Carlos Abicalil (PT/MT) e a deputada estadual Vera Araújo (PT-MT) dão testemunho de engajamento e militância no Sindicato. “Este percurso de quatro décadas é resultado de muita teimosia, muita dedicação, muita ousadia, muito debate, muita mobilização, muita organização, muita luta, muita visibilidade,” garante Abicalil. Verinha recorda os momentos de tensão vividos especialmente no governo Jaime Campos. “Foi um tempo de dificuldades, com a repressão a lideranças, mas também um período em que aprendemos a nos articular com outros sindicatos em nossas lutas,” observa.

A professora Ivanildes faz um relato da evolução da educação no Estado. Fala da experiência como educadora e a participação no movimento sindical. Já o professor Carlos Maldonado faz uma análise do ponto de vista de um gestor e educador.

A Direção

Sintep-MT - Uma história

Juçara Dutra Vieira

Nos últimos cem anos, a humanidade acumulou riquezas materiais, científicas e culturais capazes de assegurar condição de vida digna para todos os habitantes do planeta. Paradoxalmente, cresceram as desigualdades, a fome assola continentes inteiros, o analfabetismo não foi superado e o emprego é inacessível a milhões de trabalhadores. Esta situação é resultante de políticas de dominação perpetradas por países, organizações e grupos econômicos, instituições governamentais e civis que detêm poder sobre pessoas e Nações.

A opção mais recente, pelo neoliberalismo, afetou profundamente os países pobres e os trabalhadores. Dela resultaram a redução do papel dos estados nacionais, a privatização de patrimônios públicos, a perda de

direitos trabalhistas, previdenciários e funcionais. Os sindicatos passaram a ter novos desafios. Além da defesa da corporação, tiveram que assumir lutas muito mais abrangentes de âmbito nacional e internacional.

A história do Sintep tem que ser interpretada à luz desse contexto. O Sindicato já nasceu com a vocação para a mudança, para a transformação da sociedade. Todas as grandes bandeiras sociais tiveram ressonância no movimento: combate ao neoliberalismo, ao imperialismo, à guerra, à violência, à discriminação, à pobreza. Essas situações foram respondidas com a intransigente defesa dos direitos, tanto humanos como sociais e políticos; foram respondidas com mobilização pela educação pública de qualidade; foram respondidas com profundo compromisso com a classe trabalhadora; foram respondidas com cotidiano esforço em busca da dignidade profissional dos trabalhadores em educação.

O Sintep esteve presente no esforço nacional pela redemocratização do país. Participou da dinâmica que permitiu a elaboração da Constituição de 88 e formulação do projeto de LDB, infelizmente não aprovado à época. Depois, esteve na resistência ao desmonte das políticas públicas representado, especialmente, pelas reformas do período FHC. Agora, participa do Movimento pela Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação e das lutas: pelo FUNDEB para todos, com aumento de recursos e com PSPN (Piso Salarial Profissional Nacional); pela derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação; por aumento do salário mínimo; pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, entre outras iniciativas lideradas pela CNTE e pela CUT.

Em âmbito estadual, esteve ao lado do movimento social, sindical e estudantil, tornando-se referência para a classe trabalhadora. Na atuação específica do ramo, teve sempre um grande protagonismo: greves, atos públicos, jornadas e constantes mobilizações. As exigências e urgências da luta, porém, não impediram que o Sindicato pensasse estratégias de maior alcance. Nossa Confederação tem usado, como referência conceitual, a formulação do Sistema Único de Educação Básica que o Sindicato produziu. Também tem aproveitado, especialmente agora, quando o governo federal reconheceu o papel de educadores dos funcionários de escola, a experiência de profissionalização. São dois exemplos importantes de visão dos dirigentes e de politização da categoria.

Um Sindicato como o Sintep é indispensável para vencermos os desafios desta conjuntura. Internacionalmente, além das lutas gerais, temos



de resistência

uma grande ameaça: a comercialização da educação, através de tratados como o GATS e a ALCA. No plano nacional, precisamos combater a corrupção e suas causas, buscar a democratização do Estado e das instituições e submeter a política econômica às necessidades sociais da população. A bandeira da educação pública, laica, de qualidade social, para todos ao longo da vida é o que se impõe como tarefa dos trabalhadores em educação. Evidentemente, isso supõe valorização profissional, salários dignos, carreira, formação e condições de trabalho.

Nesta edição comemorativa, além da reflexão política, é fundamental celebrarmos a vida, a alegria, o futuro. Cada professor, cada funcionário de escola, cada dirigente, cada

liderança tem um papel intransferível nas relações humanas e de solidariedade. Poucas atividades têm o potencial da nossa, que é o conviver com centenas, milhares de alunos ao longo da nossa jornada. Assim, vamos plantando, dia-a-dia, ano-a-ano, além de idéias, o "sentimento do mundo", expressão que nos legou Carlos Drummond de Andrade.



Juçara Dutra Vieira é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)



A atuação do Sintep nos movimentos sociais, nos últimos 40 anos

Artemis Torres

Neste artigo, faço algumas reflexões, em formato ainda aproximativo, sobre a arte da atuação política produzida pelo Sintep-MT, em seus 40 anos de existência. Procuro compreender dessa longa trajetória, constituída de intensa mobilização orientada para a construção da identidade do trabalhador da educação, os elementos mais representativos para explicar sua decisiva contribuição aos movimentos sociais, em Mato Grosso.

O texto está estruturado com a finalidade de atender a dois propósitos. O primeiro é identificar essa contribuição, destacando especialmente a participação do Sintep-MT no processo de concepção, desenvolvimento e manutenção da política de democratização da gestão escolar, na rede pública de ensino. Outro propósito é compreender a significação dessa atuação política para os movimentos sociais. À sua realização parece-me que o Sindicato condicionou um conjunto de práticas mobilizatórias, organizativas, administrativas e pedagógicas: a formação de quadros, a criação de uma estrutura administrativa potencialmente fomentadora de relações democráticas, a adoção de uma postura de vigilância e negociação contínua com os poderes constituídos. Finalmente,

dada a sua relevância no cenário social, político e educacional de Mato Grosso, indago sobre as suas preocupações e cuidados a respeito da necessária autocritica, uma vez que, no campo da educação, fazer política implica também educar.

Uma avaliação sobre o Sintep-MT, em sua relação com os movimentos sociais, num período tão vasto de 40 anos, exige trabalho investigativo de maior fôlego. Ninguém que minimamente conheça essa entidade sindical ignora que a sua evolução se deu em meio a várias e distintas conjunturas. Por conseqüência, qualquer pronunciamento avaliativo, para ter veracidade, obrigatoriamente, terá de situar tal evolução no contexto das mudanças que se processaram no Estado: a divisão de Mato Grosso, em 1977; o crescimento populacional; o crescimento e a diversificação da produção econômica do Estado, ao lado do aumento acelerado do processo de favelização; e o aprofundamento e complexificação dos problemas sociais. Entre eles, o da educação.

É possível captar alguns momentos da evolução do Sintep-MT com a ajuda de estudiosos¹ que registraram, na história da educação mato-grossense, a participação da entidade, tomando-a como importante ou principal protagonista. Com exceção de J. Barbosa, E. Resende e N. P. Sá, todos os demais autores tinham ou

continuam tendo uma atuação forte na diretoria central da entidade ou de uma de suas subseções locais, na condição de líderes. A não ser as produções editadas sob forma de livro, artigo ou fascículo², a maior parte é pouco ou menos conhecida³. São trabalhos acadêmicos valiosos, inclusive, já submetidos a uma avaliação, por terem sido destinados ao credenciamento dos autores em cursos de doutorado, mestrado ou especialização. Vejo aqui, a fim de atender aos meus propósitos, também, uma oportunidade de noticiá-los.

De antiga Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), com 44 professores filiados, em sua fundação em 1965, ao atual Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), a entidade guarda o registro de muita força política acumulada. Informação recentemente veiculada em seu *site* (www.sintep.org.br) noticia que ela "é o maior sindicato do Estado de Mato Grosso, com cerca de 15 mil filiados"⁴, organizado administrativamente em 15 pólos regionais, os quais abrangem um total de 142 municípios, cada qual com sua subseção⁵. Uma visita ao *site* possibilita: o conhecimento sintético da sua história e a sua organização administrativa; o acesso a notícias relevantes sobre a educação de Mato Grosso⁶; aos assuntos de agenda do Sindicato (mobilização, greve, negociação, eventos etc.); a artigos, cartilhas, fascículos⁷, documentos, leis, portarias etc. Esse é um demonstrativo da capacidade de modernização de sua estrutura, que a qualifica na produção de um serviço público importante: a comunicação democraticamente disponível.

Uma análise pormenorizada do Sintep-MT mostra que inexistiu uma linha contínua e homogênea, em sua história, tanto do ponto de vista das convicções políticas que sustentaram os pronunciamentos e as escolhas metodológicas, quanto das prioridades estabelecidas. Em seus primeiros



tempos, até 1979, a entidade adotava práticas assistencialistas, minimizando as questões propriamente salariais. Somente na conjuntura de intensa mobilização em favor da redemocratização do país e a forte influência das lutas sindicais no ABC paulista, no período que vai de 1979 a 1989, o Sintep-MT passou por intenso processo de auto-revisão, em meio a muitas contradições internas e disputas ideológicas, assumindo-se finalmente como uma entidade sindical⁸, de perfil combativo (BARBOSA, 1992; ARAÚJO, 1998; MONLEVADE, 2001).

Dois estudos, o de L. Abich (1998) e o de J. Araújo (2001), mostram a intensa participação e compromisso do Sintep com o processo de implantação da gestão democrática, em Mato Grosso, na fase inicial. O primeiro busca “entender o que foi a chamada gestão democrática, no governo do PMDB (1987 a 1990), e o efetivo desempenho e as posições defendidas pelos professores, enquanto agente coletivo [da] implantação desse modelo de gestão nas escolas estaduais [...]” (p. 11). No estudo de J. Araújo, o Sintep se faz presente nos relatos de dois líderes sindicais⁹, a respeito do processo de implantação da gestão democrática nas escolas municipais de Cuiabá/MT, no período de 1985 a 1988. Para estes, a sua influência foi decisiva na elaboração da lei de gestão democrática e na socialização da discussão com a categoria, em assembleias. O impacto de tal discussão se fez sentir também, naquele período, na redação do capítulo Educação, da Constituição Estadual de Mato Grosso. Participando da comissão de Educação, integrada por entidades e movimentos ligados à área, na tentativa de propor emendas à Constituição, estava o Sintep-MT, que “liderava, na época, o Fórum Regional de Educação promovendo o debate em todo o Estado de Mato Grosso”, conforme lembra o próprio relator da referida comissão N. Sá (1997, p. 88). Na campanha pela adesão popular à emenda, esse autor lembra ainda ter sido estratégica a mobilização liderada pelo Sintep “porque a com-



posição de forças na Assembleia era claramente desfavorável [às] propostas” (ibidem, p. 89).

Os estudos de G. Leclerc (2002) e de O. Cardoso Neto (2004) tratam do mesmo tema, em momento histórico mais recente, a década de 90, nela recortando a luta do Sindicato em favor da regulamentação do dispositivo constitucional que estabelece a integração dos sistemas estadual e municipal em Sistema Único de Ensino. Leclerc mostra o trabalho de abertura de Cunhas, produzido pelo Sintep-MT, com a finalidade de criar a necessária interlocução com um governo muito mais preocupado com as determinações produzidas externamente, impondo um receituário de perfil neoliberal, como deu provas a Lei do Fundef¹⁰, do que em levar a termo a difícil conversação com o Sindicato referente ao reordenamento do sistema público de ensino, em Mato Grosso. A autora não afirma, mas deixa entender que os desdobramentos dessa negociação estiveram na dependência de frágeis relações institucionais e permeadas por conflitos de concepção sobre a construção do Sistema Único. Salienta a positividade da estratégia de discussão da proposta do governo com a população, adotada pelo Sindicato, concluindo que “Os consensos criados, apesar de não cumpridos, num lapso de tempo, mostraram que as políticas educacionais podem ser pensadas de outra forma” (p. 218). Cardoso Neto, por sua vez, tematizando o debate em torno do Sistema Único como um marco histórico do proces-

so de definição da política de gestão democrática, em Mato Grosso, reúne os pontos de vista de três líderes sindicais¹¹ a respeito dessa grande manifestação de participação popular conduzida brilhantemente pelo Sindicato. Essa mobilização é apresentada com riqueza de detalhes, em que “[os sindicalistas], junto com pais, alunos, professores, funcionários da educação e diversos segmentos da sociedade civil organizada “redesenham o perfil da educação em Mato Grosso” (p. 103).

Se como hipótese for sustentável, eis para mim uma possível chave de explicação da força política do Sintep/MT: a constante vigília e, por consequência, a disposição e a possibilidade de manter uma ação propositiva constante, em face de seus compromissos com a política educacional. Sobre a intensidade de sua atuação, na negociação com o Estado, é possível que se tenha na política de implantação da gestão democrática o melhor exemplo.

O Sindicato não se furta à negociação, à busca de convencimento, na relação que mantém com o(s) governo(s) e surpreende, em seu trabalho de articulação e ocupação de *fronts*. Empreende com as universidades uma discussão de ponta, sintonizada com os problemas educacionais do Estado e articulada com os debates teóricos mais atualizados que se desenvolvem em outras localidades. Outro *front* por ele ocupado tem sido as audiências públicas. Geralmente, não é este o espaço mais atrativo para encontros de massa, mas car-

rega um significado político imenso e o Sintep-MT tem sabido utilizá-lo, cobrando posicionamento dos parlamentares. Foram muitas audiências públicas, tematizando diversos problemas da educação, em que se acumularam forças, conquistando-se legitimidade, autoridade, confirmação dos líderes e, imagino eu, também, oportunidades para revisões de métodos e auto-avaliação.

Esse tipo de atuação política pode assumir um caráter eminentemente pedagógico e nisso, principalmente, constituir-se em demonstrativo inigualável de força política, desde que a vigília seja também sobre a dinâmica interna. Quero crer que isso de fato ocorra. A minha visão é impressionista e externa aos fatos. Os que vivenciam os processos a que me refiro vão ter capacidade suficiente de localizar nela os problemas, as fragilidades e as inconsistências.

Na literatura visitada encontrei problemas revelados pela crítica interna: a relação de uma direção sindical posicionada político-ideologicamente com uma base pouco ou nada politizada; a tendência à defesa da educação, como se fosse seu direito exclusivo; a democracia somente para a parcela mais politizada do professorado; a falta de relacionamento direto com a população usuária da escola pública, inclusive, devido ao desconhecimento "de uma linguagem para falar com os diferentes, os estudantes e suas famílias" (LECLERC, 2002, p. 204-5).

Encontrei em Resende (2001), também, problemas enfrentados pelo Sintep, em sua relação com a imprensa. Além de uma reduzida porcentagem de informações suas, na grande imprensa, há um "modo de significar os movimentos sociais, no caso, o Sintep, [e, ainda] uma dificuldade de tratamento do tema educação". Problema mais grave é a interferência abusiva do governo ou de outras forças políticas, com poder de controle das linhas editoriais, por meio de uma "prévia edição do texto". Nesse sentido, como conclui a autora a respeito das matérias jornalísticas analisadas, foi possível "compreender como o discurso jornalístico produziu uma intervenção nas contradições político-ideológicas, apagando os sentidos de ruptura que o discurso do Sintep podia instaurar" (p. 114).

Em sua contínua busca de negociação, o Sindicato tem produzido e defendido a educação, em Mato Grosso. É preciso dizê-lo dessa forma: "defesa da educação". Quem vivenciou ou vivencia, como profissional da área, as dificuldades, as injustiças, as renovadas promessas não cumpridas, sabe que defesa é a postura do dia-a-dia de todos que militam com esperanças, nessa profissão. A

atualidade das palavras proferidas em 1997, portanto, há quase dez anos, por Carlos Augusto Abicalil, então presidente do Sintep-MT, em audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, dá mostras do quanto faz sentido afirmar que educação se defende no dia-a-dia:

Há muita determinação para o debate e a legítima disputa de idéias. Mas, há, também, muita indignação e insatisfação, incontidas, em todos e todas que percebemos a gravidade do momento: nas comunidades escolares, nas assembleias locais, nos conselhos, nas caravanas e vigílias tantas vezes realizadas.

Somos conscientes da tarefa de garantir direitos sociais ampliados e das exigências para construir o serviço e a escola pública, à altura da modernidade ética e da dignidade de todos nós [ABICALIL, 1997, Pronunciamento em Audiência Pública].

Essa postura de vigilância, no dia-a-dia, é o que me parece cristalino para definir o Sintep, a partir de quando ele se transforma em entidade combativa. Uma vigilância qualificada, devido ao empenho na escolha e na preparação de seus dirigentes, levando-os a conquistar um *status* privilegiado, na interlocução com os pares, dentro e fora do país. Há vários *fronts* ocupados, não só aqueles voltados estritamente para a educação, mas todos que coincidam quanto à perspectiva de combate às desigualdades. Assim, queiram ou não os governantes mato-grossenses, o Sindicato tem sido o interlocutor que não se pode ignorar. Até porque, em tantas ocasiões, é este que tem assumido a vanguarda do processo de negociação e proposição de políticas educacionais. Conquanto essa postura propositiva seja exemplar do que há de mais positivo nos movimentos sociais contemporâneos, há que se perguntar sempre: como é que ela se reflete internamente?

Já afirmei antes, a minha é uma reflexão apenas iniciada. A complexidade do trabalho que tem sido desenvolvido pelo Sintep-MT, ao longo destes 40 anos, ainda não conseguiu ser registrada suficientemente. Faltam-me respostas para muitas outras indagações. Por exemplo: qual tem sido a característica da gestão administrativa e político-pedagógica do Sintep, em sua estrutura nuclear, já que é potencialmente democratizadora, ao possibilitar maior agilidade no sistema de comunicação e na ampliação e fortalecimento de suas lideranças, nas bases? Tem o Sintep se preocupado em investigar periodicamente e manter atualizadas informações sobre os seus



fiados? Que tipos de informação? São elas suficientes indicadores do índice de satisfação e adesão da base sindical à condução política da entidade? Tem o Sintep feito uma avaliação de suas estratégias de luta, aquilatando a capacidade de cada uma em manter hasteada a bandeira da educação pública, gratuita e de qualidade? Entre essas estratégias, a greve, por exemplo, tem sido ela avaliada pelas lideranças e também pela base? Terá pertinência, para esse tipo de avaliação, um comentário indagativo equivalente ao que fez J. Monlevade, a propósito da luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade: "Num momento que a gente tem essas 40 horas (incluindo as horas-atividades) e um salário razoável, quem vai querer trabalhar mais em

escola particular..."? (BARBOSA, 1992, p. 228). Não poderíamos acaso perguntar: "Num momento em que a gente tem tantas instabilidades e mudanças de calendário escolar, na escola pública, como poderemos vencer a população a se manter nela"?

Em face da ausência, em suas táticas, da mobilização política da população,¹² tem o Sintep procurado estimar em que medida e em que condições uma greve pode vir a ser elemento corrosivo de sua grande bandeira de luta? Tem o Sintep desenvolvido uma discussão sobre a possibilidade de criar mecanismos mobilizatórios pela via da própria gestão democrática nas escolas? Indagando de outra forma: não seria acaso possível pensar em uma estratégia que pudesse incorporar a pró-

pria escola, seu tempo-espago, qualificando assim o trabalho escolar, confirmando a legitimidade de sua agenda programática de luta e, ao mesmo tempo, ampliando a sua base de sustentação política?



Artemis Torres é pesquisadora e doutora em Educação

Notas

1 Servi-me da contribuição de Joaquim Gonçalves Barbosa (1992), Nicanor Palhares Sá (1997), Lourivaldo Abich (1999), Vera Lúcia Araújo (1999), João Monlevade (2001), Elaine Souza Resende (2001), Gesuína Elias Leclerc (2002), Odorico Ferreira Cardoso Neto (2002) e José Ferraz Araújo (2002).

2 O estudo de J. Monlevade, intitulado *História do Movimento Sindical da Educação no Brasil e Mato Grosso*, é o quinto e último fascículo integrante do Programa de Formação Política e Sindical, desenvolvido desde o ano 2000, anualmente, tendo atendido, até hoje, em torno de 900 professores. Todos os cinco fascículos se acham disponíveis no site do Sintep-MT.

3 Além do fascículo produzido por J. Monlevade e do livro editado por O. F. Cardoso Neto (2004), encontram-se disponíveis ao público em geral, sob forma de artigos, as contribuições de N. P. Sá (1977), J. F. Araújo (2001), E. Resende (2001) e G. E. Leclerc (2002). Para efeitos de divulgação dessa produção bibliográfica, fugi à norma da ABNT, arrolando em Referências, inclusive, os textos não utilizados diretamente.

4 José Carlos de Freitas, *Resposta ao Jarbas e a quem mais for de interesse*. <http://www.sintep.org.br/verartigo.php?codigo=20>

5 "A subseção é uma estrutura organizacional típica dos sindicatos docentes vinculados à CNTE. O surgimento diferenciado em relação aos sindicatos das demais categorias, que se enquadravam no modelo federativo de sindicalismo, fez com o seu fosse um modelo sindical peculiar sob vários aspectos: dentre eles, a organização em núcleos regionais, representantes por unidades escolares, bem como distintas modalidades de "participação nas decisões e de controle da gestão sindical" [ARAÚJO, 1998, p. 32-3].

6 Ao público que se interesse e possa ter acesso à internet, para contato por e-mail, a entidade oferece um *clipping* diário, com notícias educacionais divulgadas pela imprensa.

7 Ver nota 2.

8 Em 1976, a antiga AMPP passou a ser denominada Associação Mato-grossense de Professores (AMP). Em 1986, em seu III Congresso Estadual, a AMP se transformou em Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação (AMPE). Em 1988, durante a realização do seu V Congresso Estadual, deu-se a transformação da AMPE em Sintep-MT e a sua filiação à CUT [ARAÚJO, 1999].

9 Trata-se de Vera Lúcia Araújo, então vereadora pelo PT, membro da diretoria do Sintep-MT, no período de 1989 a 2000, e presidente da subseção de Cuiabá, no período de 1993 a 2000, e Edson Evangelista dos Santos, membro da diretoria do Sintep-MT no período de 1984 a 1994, e fundador da subseção de Cuiabá, tendo-a presidido em dois períodos (1985-87 e 1991-93).

10 Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

11 Elismar Bezerra, atualmente, Secretário de Educação de Várzea Grande, MT, pelo PPS, foi presidente do Sintep em dois mandatos consecutivos (1989-1994) e Secretário de Estado de Cultura (1995-1998). Carlos Abicalil, atualmente, deputado federal pelo PT, foi presidente do Sintep em dois mandatos consecutivos (1994-2000), secretário de Imprensa e Divulgação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), no período de 1991 a 1993, e seu presidente em três mandatos consecutivos (1995-2002). Júlio César Viana, atual presidente do Sintep-MT, foi tesoureiro e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), vice-presidente do Sintep (1997-2000); presidente, a partir de 2000.

12 Tática já adotada pelo Sintep, nos idos da década de 80 [ARAÚJO, 1999, p. 51].

Referências

ABICH, L. *A organização dos professores e a implantação da gestão democrática nas escolas estaduais de Mato Grosso (1987 a 1990)*. Cuiabá, MT: UFMT, 1998. Dissertação (mestrado em Educação). 136 p.

ARAÚJO, J. F.; MORGADO, M. A. *Gestão Democrática nas Escolas Municipais de Cuiabá, Mato Grosso: discussão e implantação*. *Revista Uciências*, Cuiabá, MT, v. 5, p. 57-75, 2001.

ARAÚJO, J. F. *Gestão democrática nas escolas municipais de Cuiabá, MT: a perspectiva de lideranças governamentais e sindicais (1986-1988)*. Cuiabá, MT: UFMT, 2002. Dissertação (mestrado em Educação). 133 p.

ARAÚJO, V. L. *Educ'andando contra a corrente: Sintep/MT e a conquista da gestão democrática em Mato Grosso*. Cuiabá, MT: UFMT, 1999. Monografia (especialização em Administração da Educação Pública). 77 p.

BARBOSA, J. G. *De professor a ator social: os andares de uma construção. Estudo sobre a luta política dos professores da escola pública, em Mato Grosso (1979 a 1989)*. São Paulo, SP: PUC, 1992. Tese (doutorado em Educação). 263 p.

CARDOSO NETO, O. F. *Desvelamentos do processo de democratização da educação, em Mato Grosso, na década de 90: visões de ex-secretários de Educação e de sindicalistas*. Cuiabá, MT: UFMT, 2002. Dissertação (mestrado em Educação). 162 p.

CARDOSO NETO, O. F. *Dissensos no consenso: a democratização na escola pública em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2004. 182 p.

LECLERC, G. E. *Sistema único de educação pública básica para Mato Grosso: processos de uma conquista que era para ser, num projeto em construção; conflitos e perspectivas na definição do projeto político pedagógico, a partir da compreensão de uma prática sindical*. João Pessoa, PB: UFPB, 1999. Dissertação (mestrado em Educação) p.

LECLERC, G. E. *Sistema único de ensino: o desafio da construção e da ampliação do espaço público de direitos na escola pública de Mato Grosso*. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, abril 2002, p. 199-222.

RESENDE, E. S.; MORGADO, M. A. *Os professores e suas mobilizações no jornalismo impresso*. *Cadernos de Educação*, Cuiabá, MT, v. 4, n. 2, 2001, p. 72-83.

RESENDE, E. S. *O Movimento dos Professores da Rede Estadual de Ensino no Discurso Jornalístico da Imprensa Mato-Grossense no Período de 1991 a 1994*. Cuiabá, MT: UFMT, 2001. Dissertação (mestrado em Educação). 142 p.

SÁ, N. P. *Memória e história do Sistema Único de Educação*. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 6, n. 9, jan./jun. 1997, p. 86-93.

ABICALIL, C. A. *Piso Salarial do Professor. Intervenção feita em Audiência Pública, realizada na Assembléia Legislativa de Mato Grosso*. Cuiabá: 05 de junho de 1997, texto mimeografado. 18 p.

Vanguarda da Educação brasileira e luta pela democratização da informação

Álvaro Marinho

Fazer parte da edição que tem como tema central os 40 anos do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, além de orgulho, é de grande responsabilidade, ainda mais quando o artigo tem como proposta fazer uma leitura do papel da imprensa na divulgação das informações geradas a partir das ações desenvolvidas pelo Sintep.

A entidade, que começou como associação a exemplo de outras categorias organizadas, só passou a ser reconhecida como sindicato com o advento da Constituição Federal de 1988. Independente da nomenclatura, o Sintep foi criado para representar os profissionais da educação de Mato Grosso. É claro que a definição e intensificação das lutas por melhores condições de trabalho, salários e ensino, começaram a ter mais destaque no fim da década de 80 do século passado.

Foi justamente nesse período que desembarquei em Cuiabá com a intenção de colocar em prática a arte do fazer jornalismo. O mercado era propício e com grande demanda. O início da minha militância no jornalismo mato-grossense, depois de ter estreado na profissão em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde fiz o curso de Comunicação Social - com habilitação em Jornalismo, foi na Televisão Centro América e na então marcante Revista Contato.

Quando cheguei a Cuiabá fiquei hospedado durante 15 dias até fixar endereço, por incrível que pareça, na sede da Ampe (Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação), na Barão de Melgaço, centro da Capital. A minha "infiltração" naquele ambiente, que tinha acomodações para receber professores do interior e de outros Estados, possibilitou acompanhar as discussões da categoria. A partir de então compreendi e passei a entender com mais clareza os desafios, desejos, alegrias, frustrações, garra e, acima de tudo, muita disposição dos parti-

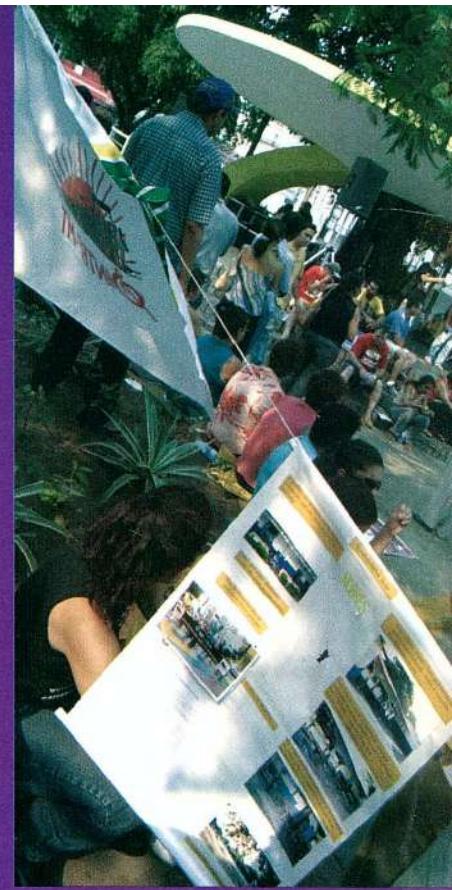
cipantes da Associação que por dedicação, ideal, compromisso e a chamada utopia, estavam, e muitos ainda continuam, ajudando a escrever e contar a história dos movimentos sociais no Estado.

As barreiras eram e ainda são enormes, e algumas até intransponíveis diante do ponto de vista de burocratas que passam pelo poder, mas o afinco de lideranças, especialmente de trabalhadores da educação de cidades do interior, suavizava as dificuldades. A vontade de vencer a luta de classes com quem comanda a máquina do Estado continua servindo de alimento das esperanças para os empregados (servidores).

Ainda nos anos 80, os chefes de governos começaram a perceber o entusiasmo dos trabalhadores e tentaram controlar o avanço das reivindicações apoiando chapas para concorrer à direção da entidade. Só que os profissionais aliados do poder que estava instalado, conhecidos também como "pelegos", não tinham o apoio do professorado. As derrotas foram memoráveis, justamente porque esses profissionais, que se prestavam a representar os interesses de governos, não entendiam e nem estavam acostumados com a democracia dos movimentos.

Os governantes, incomodados com as sucessivas vitórias dos trabalhadores nas eleições internas da entidade, passavam a dificultar o diálogo político entre o Estado e os servidores da educação. E a imprensa, mas uma vez, não cumpriu o papel de desvendar para a população os interesses que permeavam as atitudes desses administradores públicos.

Ao invés de "ser os olhos do mundo", a imprensa, como destaca a socióloga Maria da Glória Gohn, em referência ao jornalista francês Halimi, "...deixou de ser um contrapoder para se tornar uma peça do consenso político e empresarial em torno do neoliberalismo e da globalização". Na avaliação de



Gohn, a mídia trocou o enfoque crítico, a partir do fim dos anos 80, pela aceitação acrítica dos valores de poderosos que estão no poder. Essa mudança da mídia, que sempre teve um papel de extrema importância junto aos movimentos sociais, tem como sustentação o *establishment* político-econômico-financeiro.

Os poderosos instalados nas administrações públicas aproveitam o *establishment* para dominar o mercado da mídia privada. Como controladores do poder, usam a mídia "aliada e acionista" como a principal cliente das propagandas institucionais milionárias.

Dependente desse *establishment*, a imprensa, que tem o poder natural de construir ou de contribuir para a destruição de um movimento social ou sindical, passa a divulgar as vontades políticas dos governantes. "A mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros político-ideológicos dados pela rede de relações a que está articulada", frisa a socióloga Gohn, destacando que os interesses político-econômicos formatam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações, denotando um processo onde a notícia é construída como mensagem

para formar uma opinião pública sobre o acontecimento, junto ao público consumidor, e não para informar esse mesmo público.

Infelizmente, essa é uma realidade presente na imprensa mato-grossense. É claro que essa regra tem suas exceções, mas no geral a imprensa, que deveria cumprir a missão de esclarecer os fatos, apenas e tão somente vem servindo aos interesses de mandatários ou gestores públicos descompromissados com políticas educacionais, de habitação, saúde e sociais. Só que o preço que a sociedade paga é grande, uma vez que as posições assumidas por esses administradores e divulgadas na mídia reforçam as desigualdades. Nossa esperança ainda é que a informação, e isso já deveria ser coisa de antigamente, simbolizasse as lutas contra o segredo, a mentira, o boato, pela verdade. A forma de fazer, que a imprensa sabe perfeitamente, é simples, justamente porque basta estabelecer uma relação entre o acontecimento, o fato e a informação, independente dos atores.

O primeiro passo e mais significativo para atingir essa condição é por meio da democratização da comunicação. A mídia precisa ser um elo de ligação, ainda mais porque vem desenvolvendo a velocidade da informação. Mas, o que experimentamos no cotidiano é a difusão de desinformações, que leva a prática do jornalismo ao aumento dos perigos e das contradições. A culpa disso geralmente não é apenas do jornalista que tem a tarefa de buscar a notícia, mas a linha editorial estabelecida pelas empresas que prestam o serviço. Uma opinião bem trabalhada e “disfarçadamente” montada dentro de uma informação tem efeitos espetaculares para quem encomendou.

Acredito, apoiado no pensamento do estudioso Dominique Wolton, da República dos Camarões, que as mudanças só vão ocorrer quando o jornalismo abandonar de vez a tentação de se estabelecer e de se auto-valorizar como quarto poder que lhe faz perder as características indispensáveis à sua função. Sei que

a comunicação não vai nivelar as desigualdades, mas tenho certeza que vai ficar livre de condicionamentos político-econômicos e mostrar para a sociedade que a postura dela não é ambígua entre ser contra-poder e quarto poder. Os donos de jornais, revistas ou das concessões de rádio e televisão pelo Brasil afora precisam entender que a rentabilidade da empresa que comercializa comunicação está a serviço da eficácia, credibilidade e da democracia da informação.

Além do empresário, os profissionais que estão nas direções e coordenações de jornalismo das empresas também necessitam dessa mudança porque a confiança do público, aqui colocada como credibilidade, é o fundamento da legitimidade do jornalismo. Para o camaronês Wolton, qualquer profissão constrói, para si, uma representação mais ou menos simplificada do público, mas poucas encontram nesta, a este ponto, o sentido e a legitimidade do seu ofício. Muitos subestimam a inteligência do público e, principalmente, não compreenderam que, em meio século, este adquiriu uma cultura audiovisual crítica, à medida, nomeadamente do aumento dos conhecimentos.

Wolton diz ainda que a informação não basta, já não surpreende. O público, aqui identificado como professores e professoras (educadores, educadoras), quer compreender por meio da imprensa; quer, especialmente, compreender a informação no seu contexto. O que deveria, aparentemente, revalorizar o papel do jornalista. “Quanto mais informações houver, mais necessários se tornam os laços complementares entre informação e saber”, esclarece Dominique Wolton. É importante destacar também que a informação quando não é comprometida é livre, é ética e, com isso, não altera a centralidade dos fatos e das ações dos movimentos sindicais/sociais.

A preocupação do Sintep, acen-tuada nos últimos 15 anos, tem sido o uso político que setores da imprensa faz para construir ou difundir suas manchetes de acordo com os inte-

resses dos grupos a que estão articulados no poder. Isso fica evidente quando encontramos nos textos escritos em jornais e na internet, na televisão e no rádio, adjetivações puramente negativas. Essas “informações”, do tipo: radicalismo, bagunça, irresponsáveis, causam confusão no trânsito, entre outras, têm sido usadas para fazer referências a reivindicações dos trabalhadores da educação por melhores salários, condições de trabalho e ensino. A utilização de mecanismo como esse tem como objetivo reforçar o discurso preparado e negativo da mídia que vai ser passado para a população.

Essa prática de parte da imprensa que serve a interesses de grupos encastelados no poder pode ser respondida em perguntas levantadas pelo italiano Umberto Eco quando questiona “...quando transmito uma mensagem o que recebem efetivamente indivíduos diferentes, em situações diferentes? A mesma mensagem? Uma outra, afim? Uma, completamente diversa? Para Eco, o recebimento dessa mensagem é simultâneo e a interpretação dela depende de cada interlocutor. Mas esses questionamentos levantados pelo teórico italiano são geralmente comuns a toda investigação sobre comunicação humana e, neste caso, é particularmente urgente fazer essas perguntas no âmbito das comunicações.

Ainda é tempo de cobrarmos da mídia, se é que temos esse direito, uma maneira de comunicar a complexidade da vida levando ao receptor informações analisadas e com interpretações dos fatos. Isso porque o que vemos são reportagens simplistas mais parecidas com formulários que satisfazem o *establishment* político-econômico-financeiro de grupos. Matérias sobre greves, por exemplo, na maioria das vezes são extravagantes do ponto de vista da eficácia do fazer jornalístico e deixam de lado o foco da notícia. A greve de fome praticada por três professores, acampados na Secretaria de Educação, no governo de Carlos Bezerra (PMDB) e a transferência de local da posse de Jaime Campos (PFL), porque os profissionais da educação estavam

acampados no saguão e corredores da Assembléia Legislativa, não tiveram por parte da imprensa a dimensão que deveriam ter.

Naquele momento o que mereceu destaque e visibilidade na imprensa não foi a possibilidade de morte de professores e nem as razões que levaram a mudança do local de posse do governador, mas sim a "intransigência", "baderna", e "falta de consciência" dos profissionais da educação. Mais uma vez fica evidente que a imprensa (sem generalizar) não cumpriu com o papel de comunicação voltada a cidadania. Também não foi importante para a mídia a recepção que os trabalhadores no ensino tiveram durante os desfiles de Sete de Setembro no governo de Jaime Campos. Por determinação do poder, os profissionais foram proibidos de desfilar em frente ao palanque de autoridades. Além

Álvaro Marinho é jornalista em Cuiabá, professor de curso de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo e mestre em Educação/Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).



de armas, policiais militares foram obrigados a usar cachorros para afastar os "esquerditas do Sintep".

Mesmo assim, espero que um dia a mídia abandone o jogo do poder e da encenação do establishment político-econômico-financeiro para garantir pluralidade na verdadeira informação. Manifestações do Sintep, que é a maior entidade de trabalhadores do Estado, como de outros movimentos da sociedade organizada de Mato Grosso, não podem ser classificadas como de pouco interesse. O que está em discussão é a educação, é a cidadania, é a vida.

- Referências Bibliográficas
- BOURDIEU, P. *Sobre televisão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- GOHN, M.G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo, Cortez, 1992.
- GOHN, M.G. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- MARINHO, A.F.F. *Educação e televisão: a intencionalidade político-pedagógica de programas voltados para o público jovem*. Cuiabá, 2002, 108p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso.
- ROSSIAUD, J; SCHERER-WARREN, I. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Lisboa, Portugal, Difel, 1997.

Sintep-MT: pioneirismo e principalidade

Carlos Abicalil

É muito bom fazer a memória destes 40 anos! Melhor ainda quando mais da metade deles se cumpriu com meu testemunho engajado e coletivo. Este percurso de quatro décadas é resultado de muita teimosia, muita dedicação, muita ousadia, muito debate, muita mobilização, muita organização, muita luta, muita visibilidade.

Enfrentando a ditadura militar, quase na clandestinidade, o Sintep nasceu como AMPP e é resultado da coragem das professoras primárias de Mato Grosso, de uma geração caracterizada pela mesma dedicação à garantia do direito à educação que nos move. Ainda submetidas à contratação precária e ao clientelismo, suas primeiras lutas cumpriram a trajetória histórica da formação da consciência do direito à profissionalização,

ao concurso público e à estabilidade funcional.

As primeiras atividades associativas de natureza cultural, recreativa e assistencial deram origem ao maior sindicato de trabalhadores de Mato Grosso, espalhou-se por núcleos no interior do estado, articulou-se nacionalmente, e superou muitas crises de toda ordem.

Há vinte anos, precisamente, deu um salto qualitativo grande. Desafiando os limites conceituais de seu tempo, ousou abranger o conjunto dos profissionais da educação, passando da estreiteza conceitual do serviço magisterial restrito às regências de classe. Passou a ser Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação (Ampe), incorporando segmentos até então não representados, como os setores de especialistas e os funcionários técnico administrativos. Neste particular, a Ampe foi absolutamente pioneira no país.



A esta nova fase da luta correspondeu, também a associação e o pioneirismo em torno da instituição de um piso salarial profissional, de obtenção de mais verbas vinculadas à educação, de gestão democrática com eleição direta para diretores, delegados de ensino e conselhos escolares, plano de carreira e horas-atividades remuneradas. Sem abandonar a legitimidade das lutas corporativas, o engajamento na campanha das Diretas Já e da Constituinte apontavam para o fortalecimento da sua presença no cenário político e de participação nos principais temas da cidadania.

Foi neste contexto que a identidade de classe foi-se consolidando e exigindo, não apenas a interiorização resultante da expansão da rede pública, como também da própria organização dos núcleos, do aparecimento de redes municipais de ensino, de democratização da representação e da gestão da própria associação e da construção prática dos princípios sindicais de liberdade e autonomia frente a governos, credos, partidos. Estavam em gestação a Central Única dos Trabalhadores(CUT) e o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público em Mato Grosso(SINTEP – MT). Daí adveio a trilogia que compõe nossa bandeira: Livre, Democrático e de Luta!

A defesa da educação pública universal, gratuita, democrática, laica e de qualidade social levou-nos à formulação constitucional da vinculação de 30% das receitas estaduais de impostos e transferências obrigatórias para a educação, do sistema único de ensino entre o Estado e os municípios, da transferência automática de recursos para a conta própria da educação, da gratuidade dos exames supletivos, da garantia de formação continuada para professores e da profissionalização dos funcionários de escolas, responsáveis pela manutenção e limpeza, alimentação e processamento administrativo e de multimeios didáticos (mais do que atuais em tempos de avanços tecnológicos e de comunicação e informação disponíveis). Chegamos ao "Arara Azul" - Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional dos funcionários de escola e à Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Pública Básica(LOPEB).

Estas marcas, são hoje, um patrimônio de formulação de políticas públicas para o país. O produto de nossa reflexão comum sobre e no trabalho educativo, o engajamento em lutas sociais abrangentes, a solidariedade de classe, a dedicação mobilizadora e a disposição para a ação organizativa, organizada e organizadora de pautas, ações, disputas públicas de idéias, formação da opinião, nos trouxeram à condição de referência regional, nacional e internacional.

Tive a oportunidade, o desafio, a responsabilidade e a alegria de ser representante de escola, delegado regional sindical, dirigente de subsele, presidente do Sintep, conselheiro estadual de educação por sua representação. Foi essa história comum que me deu, também, a legitimidade para presidir a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação(CNTE) por três vezes, compor o Comitê Executivo Mundial da Internacional da Educação(IE) por dois mandatos e exercer a vice-presidência regional

da IE para a América Latina.

Não será demais lembrar, re-conhecer e co-memorar que minha condição de estar no exercício do mandato federal tem muito de seu lastro, de seu conteúdo e de seu itinerário sustentados nessa história comum. Estamos em pleno debate do FUNDEB. Pela primeira vez vencemos o argumento de inconstitucionalidade de um Piso Salarial Profissional na Câmara dos Deputados, discutimos um Projeto de Diretrizes Nacionais de Carreira, marchamos para consolidar outros passos. Há poucos dias, o governo Lula homologou um parecer do Conselho Nacional de Educação que cria a área 21 de formação técnica para funcionários de escola, inaugurando o primeiro programa nacional para cinco mil funcionários em cinco estados.

Comemorar 40 anos, assim, é afirmar o pioneirismo e a principalidade que apontam toda vitalidade para o futuro.

Carlos Abicalil - é deputado federal(PT/MT), mestre em Educação/Gestão de Políticas Públicas pela UNB e professor da educação básica da rede estadual de Mato Grosso



40 anos fazendo valer nosso suor

Ivanildes Ferreira dos Santos

Foram muitos os acontecimentos na política, na cultura e na educação do Estado de Mato Grosso que construíram sua história e seu desenvolvimento. E, sem dúvida, o Sintep-MT, primeiro sindicato fundado neste Estado, foi o que melhor aconteceu na luta dos trabalhadores. Fundado em 29/06/1965, hoje com 40 anos. Nasceu com o nome de Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP).

Na sua fase de crescimento, buscou ser reconhecida e constituída na categoria e na sociedade mato-grossense. Teve sua adolescência como todos, incompreendido, inconformado e, por isso, protestando e reivindicando, quando injustiçado. A sua maioria vale dizer que aos 20 anos – 1985, foi o ano de grande mudança para o Sintep, sendo antes Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP) – 1965, Associação Mato-grossense de Professores (AMP) –

1970, Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE) – 1987 e Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT) - 1988.

No ano de 1985, com a eleição da Chapa "Novos Rumos", o Sintep entrou numa fase de mudança como bem diz o nome da chapa. Foram muitas as turbulências sofridas principalmente nas primeiras gestões, pois a AMPP foi fundada no começo dos anos de chumbo e organizar um segmento de trabalhadores em Associação não foi fácil. Tanto é que durante muitos anos foi a única existente no Estado.

O Sintep, desde a AMPP, sempre buscou uma autonomia, construída a partir das discussões realizadas na base. Essa autonomia era dificultada pelas ações do governo do Estado que queria submeter a organização da categoria ao seu controle, ou melhor, não aceitava uma categoria organizada do ponto de vista político. Até junho de 1978, todas as diretorias tiveram um perfil caracterizado

pela época, pelo jeito de administrar de seus dirigentes, que sempre pausaram suas ações militantes pelo compromisso ético e transparente, muitas vezes sendo impedidos do exercício de liberdade de expressão sob a ditadura de um estado autoritário.

De 1979 a 1981, a diretoria da AMP teve uma gestão com perfil diferente, mais democrático, e buscou uma linha de autonomia mais voltada aos anseios da categoria, tirando a AMP da subordinação dos governantes. Os(as) educadores(as) reagiram e nesse período aconteceu a primeira grande greve estadual da educação que forçou o governo a realizar um concurso público em 1980, mesmo custando a demissão do presidente e da secretária geral da diretoria da AMP. A chapa vitoriosa - Chapa Movimento - foi eleita pela categoria como previa o estatuto, mas o governo designou uma junta governativa que fazia uma gestão paralela. Cada uma funcionando em locais diferentes. A junta governativa foi uma intervenção do governo na AMP como tentativa de combater a organização e a mobilização da categoria. A Chapa Movimento fez uma gestão conturbada e mesmo com a intervenção do governo conseguiu terminar o mandato.

No entanto, a AMP nunca se abateu, porém as próximas duas direções (1981-1985) faziam um trabalho contrário aos anseios da maioria da categoria. Essas atitudes, porém, serviram para que os profissionais da educação procurassem refletir, fortalecer, articular e reunir forças para fundar novos núcleos, construindo um alicerce mais forte, que suportasse o peso da luta de uma longa história, mas que realmente fosse voltada, exclusivamente, para os interesses da categoria e na defesa de seus direitos.

A diretoria eleita em 1985, "Novos Rumos", organizava com frequência e regularidade, espaços de discussões como congressos, conselhos

26/11/65 - Primeira reunião de Organização dos Educadores/as de JACIARA



... Nos construímos como profissionais e sujeitos políticos.

Agradecemos a esses homens e mulheres que ousaram a dar o 1º passo na organização da Subsele da SINTEP Jaciara, construindo nosso sindicato, que hoje é referência de luta e solidariedade em todo o Estado de Mato Grosso.

de representantes, seminários políticos, encontros estaduais de educação, assembléias gerais, para alimentar nossas forças garantindo nossos direitos e fazendo o fortalecimento político da AMP. As bandeiras de luta levantadas - piso salarial, realização de concurso público, plano de carreira e gestão democrática - enriqueceram o debate em defesa da educação pública e de qualidade.

Isso era só o começo porque outras lutas vieram, como por exemplo, a unificação das carreiras (professores e funcionários), onde o Sintep foi o pioneiro no Brasil a conquistar essa bandeira.

Foi com dedicação e espírito de luta que conseguimos filiar a Ampe à CUT em 1988, e com as garantias constitucionais transformá-la em Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (Sintep) - Livre, Democrático e de Luta.

Foram muitos os desafios, e o que faço não é um relato de quem assistiu a esses 40 anos, mas sim, um depoimento de quem viveu e ajudou a compor essa história. Estive presente em todos os momentos do Sintep-MT - discussão, deliberação, realização e comemoração de quem faz acontecer a luta pra vivenciar a história e escrever cada capítulo como se fosse o primeiro das muitas batalhas e das muitas vitórias que aconteceram e das que acontecerão.

Nesses 40 anos tive o privilégio de vivenciar muitas histórias. Muitas vezes deixei em casa meus filhos pequenos e fui lutar por educação, para



garantir a eles a emancipação política. É gratificante, hoje, vê-los crescendo, alguns já com formação de nível superior e engajados na luta, outros ainda estudando. Estou certa de que valeu a pena ter dividido o tempo entre ser mãe, dona-de-casa, educadora e militante. Tenho clareza que aqueles momentos, muitas vezes angustiantes que vivi, foram essenciais para garantir escola pública, não só para os meus filhos, mas também para os filhos de quem muitas vezes hesitou em lutar. Viver 40 anos de um sindicato que se mantém livre e democrático é contribuir para a construção de uma sociedade justa e fraterna. Compor essa história com outros movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras, organizados

na sua categoria, e que vêm na luta a transformação da sociedade, é acreditar que homens e mulheres são capazes de fazer da luta a libertação de um povo.

São muitos os motivos para dizer parabéns, Sintep, pelos seus 40 anos de alegrias, tristezas, lágrimas, vitórias e saudades que deram novos rumos para a educação em Mato Grosso. Que este sindicato continue como uma árvore frondosa, forte que nem serra de ferro e nem serra de ouro seja capaz de derrubá-la. Nesta árvore cada galho representa nossas idéias, nossas forças, nossa coragem, nossa ousadia. Precisamos continuar unidos, na "Educação e Luta", nos enfrentamentos, que nos fazem "Livres pra Lutar", para construirmos "Novos Rumos" para a categoria, fazendo cada vez mais Valer o Nosso Suor.



Ivanildes Ferreira dos Santos é professora aposentada e participou de cinco diretorias do Sintep/MT

Estruturação das redes municipais passa pela luta do Sintep

Vera Araújo

O Sintep, que este ano completa 40 anos de existência, marcou uma transição profunda na minha vida. Foi lá que amadureci a militância iniciada no movimento estudantil e comunitário. Dos primeiros pronunciamentos em assembléias e a convivência com experientes militantes, o sindicato deu-me e a muitos outros companheiros, a vivência da formulação de propostas e o enfrentamento de governantes (e até da polícia), na busca de melhores condições salariais e de trabalho para a categoria. O Sintep foi para mim e tem sido para gerações de sindicalistas, uma escola de vida.

Quer seja participando na diretoria do Sintep ou na direção da sub-sede de Cuiabá, tenho o maior orgulho de ter participado, ao lado de valorosas lideranças da categoria, de lutas memoráveis, tais como a conquista da gestão democrática do ensino ou a curta, mas marcante, implantação do piso de três mínimos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) em Cuiabá.

Vitórias e derrotas se sucederem nestes 40 anos de militância da entidade. Foram muitos os momentos de alegria, mesclados com momentos dramáticos, como a exoneração de diretores, ainda no regime militar, no início dos anos 80.

Muitas greves, acampamentos ao relento e embates em assembléias da categoria forjaram muitas lideranças entre os profissionais da Educação Pública. Cito algumas destas lideranças, como Carlos Abicalil, João Monlevade, Júlio César Martins Viana Doralice Escolástico, Tânia Pasqualini, Elismar Bezerra, Senhorinha Alves de Oliveira, Maria das Graças Silveira, Gilson Romeu, Helena Maria Bortolo, Diana Piloni, José Maria Rodrigues e tantos outros, que abriram mão de parte de seu tempo para estar com a

família para lutar por um bem coletivo: a dignidade da categoria.

Uma das lutas particularmente bem sucedidas de que me lembro foi a participação fundamental do Sintep na estruturação das Redes Municipais de Ensino em Mato Grosso. Com a estruturação do Sindicato, em 88, a entidade estendeu com maior intensidade muitas das bandeiras do ensino estadual para os municípios. Algumas das conquistas da Educação na Lei Orgânica Municipal de Cuiabá, como a gestão democrática, a hora atividade, o piso de três mínimos do Dieese e o primeiro concurso público, em 1987, na minha avaliação, tiveram um "efeito dominó" no processo de organização das redes municipais.

Também destaco a participação do Sintep na organização dos planos de carreira da categoria. Até 1988 era comum a prática da contratação de professores leigos pelas prefeituras. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988; estes professores sem titulação, com mais de cinco anos de contrato, foram efetivados.

Foi nesse momento que a Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação (Ampe) se transformou no Sindicato dos Profissionais da Educação Pública (Sintep). A transformação da Ampe em sindicato é um marco histórico. Foi a primeira enti-

dade do país que promoveu tal transformação, apenas sete dias após a promulgação da nova Constituição. Mas eu lembro que o pioneirismo da entidade já havia começado um ano antes, com a transformação da Associação Mato-grossense dos Professores (AMP), na Ampe. Isso possibilitou a unificação da base dos servidores da Educação, com a participação dos não-docentes na entidade.

Foi diante deste quadro que a direção do Sintep reforçou sua bandeira histórica de contratação via concurso público. As conquistas da Educação Pública da Capital, onde a entidade estava mais organizada, foram a base para que o sindicato articulasse a luta pela estruturação das redes municipais.

Foi na participação destas lutas e na convivência com os companheiros militantes que surgiu a "Verinha". O respaldo popular de ser uma voz representativa em defesa da Educação Pública garantiu-me o primeiro mandado, na Câmara de Vereadores da Capital e o apoio para ser, hoje, a única representante feminina na atual legislatura na Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Em nenhum dia me esqueço que a base de toda esta trajetória foi o Sintep. O início desta trajetória ocorreu depois que me formei em Pedagogia, na UFMT. Foi quando passei num concurso público para ser pro-



fessora da Rede Municipal de Cuiabá. Foi em 1987 que comecei a participar das discussões articuladas pelas lideranças da entidade, que levariam à transformação da Ampe no Sintep.

Particpei do congresso da categoria em Cuiabá que decidiu pela filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Lembro que os grupos que discordavam da filiação conseguiram anular a decisão logo em seguida. A primeira frustração não esmoreceu os militantes. Em novo congresso, realizado em Cáceres, em 88, foi garantida a filiação à CUT, apoiada por uma decisão nacional da categoria.

Em 1989, comecei a exercer a militância num novo patamar, cristalizado na participação na primeira diretoria eleita para o Sintep. Nesta primeira gestão do sindicato, fui a primeira secretária da entidade, função que exerci até 1991. De 92 a 94, fui reeleita para ocupar a função, ainda na direção central do Sintep.

A categoria conferiu-me um mandato para presidir a subsede de Cuiabá em duas ocasiões consecutivas. Presidi a subsede de 1995 até 2000. A partir da vivência sindical, minha trajetória recente é conhecida: fui eleita vereadora em 2000 e exerci o mandato em 2001 e 2002. Como vereadora, espero ter correspondido às expectativas dos companheiros que, através do voto, conferiram-me o primeiro mandato. Particpei de alguns momentos históricos na vida política da cidade. Fui a autora, por exemplo, da primeira CPI da história de Cuiabá (da Folha de Pagamento da Prefeitura) e a responsável pelo fim das votações secretas no Legislativo Cuiabano.

EMBATES E CONQUISTAS

Durante minha participação na militância sindical, presenciei significativas conquistas do Sintep. Ao lado dos companheiros de militância, assisti, por exemplo, a implantação da Lei de Gestão Democrática de Ensino e do piso salarial do Dieese. Quanto a esta conquista específica, fiz parte da comissão que discutiu os impactos da implantação gradativa deste piso, no início de 1990, no final da gestão do governador Edson Freitas.

As conquistas obtidas no final dos anos 80 e começo dos anos 90 tiveram, a partir de 1991, um adversário feroz. Eu aponto a gestão Jaime Campos como uma das maiores inimigas das conquistas dos trabalhadores da Educação. Foi o governador do PFL que abandonou a implantação do piso do Dieese e que combateu com rigor a gestão democrática. Cito, como exemplo deste período truculento, um episódio em escolas de Barra do Garças onde a polícia retirou urnas de escolas, impedindo a eleição de diretores pela vontade soberana da comunidade escolar.

Em meus 14 anos de militância sindical, particpei de vários embates com dirigentes e de greves e passeatas. Foram muitos os momentos de tensão. Mas o mais dramático de que me lembro também é da gestão Jaime

Campos. Foi na posse do governador, em 2001. Os profissionais da Educação, com os salários atrasados, estavam acampados em frente à antiga sede da Assembléia Legislativa. Com isso, a posse de Jaime Campos não ocorreu conforme a tradição, na então sede do Legislativo (hoje Câmara de Vereadores), mas sim no Palácio Paiaguás, sede do Executivo. Os grevistas marcharam da Assembléia até o local. Eu, com minha filha Ludmila nos braços, então com três anos de idade, vi com intensidade meu direito democrático à manifestação ser ameaçado por policiais.

Mais um enfrentamento tenso com policiais foi vivenciado por mim quando, pela primeira vez, o sindicato saiu às ruas protestar durante as comemorações do 7 de setembro. O fato também ocorreu na gestão Jaime Campos. Foi um tempo de dificuldades, com a repressão a lideranças, mas também um período em que aprendemos a nos articular com outros sindicatos em nossas lutas.

Na direção da subsede de Cuiabá, passei por inúmeros enfrentamentos nas gestões de Frederico Campos, Dante de Oliveira, Coronel Meireles e Roberto França. Nestes embates, a categoria obteve algumas conquistas, como o Estatuto do Magistério e o piso obtido na Capital, quando a atual senadora Serys Slhessarenko era secretária municipal de Educação (gestão Dante de Oliveira).

O Sintep é uma entidade que sempre esteve na vanguarda das conquistas da Educação Pública em Mato Grosso. Em homenagem e reconhecimento à atuação da entidade, uma das mais atuantes organismos do movimento social do Estado, requeri a realização de uma sessão solene na Assembléia.

Na justificativa do requerimento em que propus a realização desta sessão, elenquei, para o conhecimento dos demais parlamentares, algumas das conquistas da categoria, "exportadas" para a educação pública brasileira:

- Gestão democrática do ensino público, com eleição de diretores e conselhos escolares deliberativos;
- Horas-atividade numa proporção de 50% da jornada, para preparação e avaliação pessoal e coletiva do ensino-aprendizagem, assim como para formação continuada;
- Piso salarial para os profissionais da educação, atrelado ao salário mínimo;
- Programa de profissionalização dos funcionários, com oferta de cursos técnicos em nível médio, que os transformem em profissionais da educação;
- Regime de trabalho em tempo integral.



Vera Araújo, professora e deputada estadual pelo PT/MT

40 anos. Há passado. Que fazer com ele?

Carlos Maldonado

40 anos é um pouco menos que a idade que tenho. E é mais que a idade da maioria dos que habitam Mato Grosso. As instituições, como as pessoas, são feitas assim. De tempo. Disposto e disponível. E tempo só existe porque humanos o criaram. Embora até hoje não o entendam.

Não interessam ao nosso assunto quais ou quantas são as dimensões do tempo, onde se situam, com quais características e para quais fins. O que nos interessa é a visão prosaica do tempo que só existe como marca ou sinal. Como passado, (ou pretérito), que quando resgatado orienta e bussoleia; e como preturo, (dimensão que unifica presente e futuro), que quando acessado onde é real (dentro de nós), incita, desafia, causa.

Nesse entendimento comemoramos o tempo como um dom de ação profética e desesperada¹, que tem como pais o sentido e a vontade; e como um saber anaclético disponível à lembrança, à rememoração e à invocação. Um saber que é filho do que produz memória e identidade. Daquilo que criando marcas inventa sinais e aponta rumos.

Indo além, diria que superando a convencional visão do tempo como fluxo contínuo, incorporamos a idéia de um tempo unoreal². Um tempo em que a reflexão é condição da ação e a ação condição da reflexão.

Por isso ao comemorarmos os 40 anos de Sintep somos levados a um preturo instituinte: o da educação pública e de qualidade no Brasil e em Mato Grosso.

Mas esse é um preturo muito largo para um autor pequeno e num pequeno espaço. Por isso vamos recortá-lo. Trataremos aqui apenas de uma idéia. Uma idéia que nos ronda como um fantasma. Como uma possibilidade inconclusa, como um mandamento constitucional enclausurado na omissão e na inércia.

Falo de uma iniciativa frustrada (até aqui): a construção do Sistema Único de Educação Pública Básica.

E para isso praticamente não vou falar. Que as marcas falem. Que auxiliem as memórias. Que possam reviver um possível ainda disponível e talvez incitar vontades.

Primórdios verde-amarelos

(do latim primus, o que está na frente, primeiro, dianteiro)

A proposta de um sistema único em Mato Grosso guarda sintonia com os movimentos nacionais da escola nova, refletidos principalmente pelo pensamento de Anísio Teixeira, entre outros. Os recortes mais evidentes vêm das discussões levadas a cabo entre os anos 40 e 50,

sem desmerecer contribuições anteriores e posteriores. Se identificamos aí bases inspiradoras, é também certo que as formulações de época não poderiam ser aplicadas a uma realidade colocada quase 40 anos à frente.

A título de exemplificação, em "Educação no Brasil" Anísio pontificava:

"A nossa sugestão consiste em criarmos um sistema educacional para todo o país, em que um inteligente equilíbrio entre a liberdade de ensino e os controles centrais possa dar lugar à expansão escolar mais generalizada possível e, do mesmo passo, estimular o progresso ininterrupto das escolas assim criadas e postas sob a responsabilidade dos seus fundadores ou diretores, pela própria responsabilidade estimulados.

(...)

Essa descentralização da administração e manutenção das escolas irá, antes de mais, ligá-las melhor à comunidade local e, desse modo, vitalizá-las, tornando-as responsáveis perante a comunidade e essa, por sua vez, responsável pelas suas escolas. A seguir, irá permitir, com os seus quadros locais de magistério e pessoal, o custeio desigual das escolas, adaptando-as aos recursos de seu fundo municipal.

Teremos, assim, possibilidades de proporcionar as despesas com a educação aos recursos de fato existentes, tornando possível a existência de escolas com diversidade de custeio e manutenção. O princípio da aplicação dos recursos deverá basear-se na população escolarizável, isto é, a população em idade escolar e suficientemente concentrada para permitir a criação da ou das escolas correspondentes. Recenseada ou estimada essa população, os recursos do Fundo serão divididos pelos alunos potenciais e a quota assim achada constituirá a medida ou o limite do custeio das escolas. Dever-se-á criar um sistema escolar em que o custo por aluno não seja superior àquela quota, na qual deverão ser incluídos o custo da administração, do material, do prédio e do professor. Para tanto deve ser previsto, em lei, que o Fundo Escolar será aplicado nas seguintes proporções: 60% no pagamento ao magistério, 20% em material didático e conservação do prédio, 15% em construção ou ampliação dos prédios e 5% na administração escolar.

O órgão de administração das escolas, em cada município, deve ser um conselho escolar local, constituído, inicialmente, por nomeação do prefeito, dentre pessoas representativas da sociedade local e de boa reputação. Uma vez constituído, o conselho se renovará cada dois ou três anos, por um terço, mediante lista triplíce de nomes indicados pelo próprio conselho e de nomeação do prefeito.

Além das limitações legais da aplicação do Fundo Escolar, o conselho, ao qual compete a nomeação do pessoal do ensino, só poderá escolher para as funções de

ensino, de administração ou de serviço, pessoas devidamente licenciadas pelo Departamento Estadual de Educação.

Este Departamento, libertado dos deveres administrativos, terá a seu cargo a expedição de certificados ou licenças para o exercício do magistério e de todo o pessoal que servir no ensino municipal. Mediante esse poder, terá o Estado assegurado condições de aperfeiçoamento crescente do magistério e de todos os demais servidores da educação. Mas, não é só. Como o fundo escolar municipal será constituído dos recursos do município, acrescido da quota por aluno que o Estado lhe destinará, o Departamento Estadual se reserva o direito de aprovar, anualmente, o orçamento municipal da educação, exercendo, desse modo, um segundo poder de controle.

A lei estadual de educação que fixará essa organização deverá, mais ainda, estabelecer o direito de intervenção do Estado sempre que o Conselho Escolar Municipal se afastar de qualquer dos seus deveres em relação à aplicação do fundo escolar.

Já se está a perceber que o Departamento Estadual de Educação deverá ter organização similar ao do órgão municipal de educação. Haverá um Conselho Estadual de Educação, que administrará o Fundo Escolar Estadual, constituído dos 20% da receita tributária do Estado, e nomeará o pessoal do Departamento, cujas funções serão as de fiscalizar o funcionamento dos Conselhos dos Municípios, expedir os certificados de licença para exercer o magistério e a administração escolar, em todos os seus aspectos, e prestar aos municípios assistência financeira e técnica no desempenho de sua responsabilidade de manter a educação pública e fiscalizar a privada.

Ao Governo Federal competirá, por sua vez, elaborar a lei de bases e diretrizes da educação nacional - lei complementar da Constituição - e velar pela sua execução em todo o país, por um sistema de assistência financeira e técnica, por meio da qual se efetivará a sua ação supletiva.

Do ponto de vista administrativo assim ficaria estabelecido o siste-



ma do ensino público e privado em todo o país, para o efeito de se facultar a todas as localidades a constituição de suas escolas, reais e não fictícias, modestas mas não falseadas, naturais no sentido de legítimas e não de bastardas, autênticas e progressivas, refletindo os progressos efetivos de cada comunidade e neles se refletindo, por eles influídos e neles influentes.”

Em vários aspectos as propostas de Anísio Teixeira estavam superadas ou mostravam-se acanhadas diante de um cenário de mudanças como o proporcionado pela Constituição de 1988, que entre outras inovações criou os sistemas municipais de educação em seu art. 211.

É clara também a insuficiência republicana na fala de Anísio. Se consubstanciadas, suas idéias cristalizariam as desigualdades e acenariam para um cenário inverso ao ideal: o das ofertas serem contingenciadas pelos recursos, e não o contrário. Mas na sua maioria, suas idéias mantinham-se com uma inquietante atualidade, pertinência e pertinácia. O que nos ensina e nos assusta neste Brasil de tão poucas novidades. O FUNDEF cristalizou as desigualdades entre os Estados, e o FUNDEB as manterá; os recursos vinculados aos alunos foi uma idéia vitoriosa (em Anísio seria à população escolarizável, no FUNDEF às matrículas realizadas), os 60% propostos para a remuneração do magistério curiosamente foram afirmados; os conselhos gestores do FUNDEF guardam quase idêntica conformação com os que ele propunha, a idéia dos fundos continua como uma questão atual...

Primórdios azulados

A Constituição de Mato Grosso, já contando com a existência dos sistemas municipais, prescreveu em 1989:

“Art 244 - Os sistemas estadual e municipais de ensino passam a integrar o Sistema Único de Ensino.

Parágrafo Único – Ao Estado caberá organizar e financiar o sistema de ensino e prestar assistência técnica e financeira aos municípios para gradual integração em um Sistema Único de Ensino, na forma da lei.”

Mato Grosso era (e continua sendo) a única unidade federada a dispor sobre a criação de um Sistema Único. A idéia me fascinava, pois quando desenhávamos o modelo da UNEMAT a imaginávamos como uma instituição que pudesse pertencer ao Poder Público de Mato Grosso (ao Estado e aos seus municípios).

Em 1994, instado a colaborar com a proposta do Plano de Metas da Frente Cidadania e Desenvolvimento, propúnhamos:

“A disposição para a ruptura exige ousadia e coragem política, devemos ter claro que não poderemos nos bastar com o sentido das aparências e que deveremos romper de vez a cultura do engodo.

É preciso resgatar no exercício do poder público, a densidade das palavras, o valor do compromisso, a visão de processo que não esgota a ação na promoção etérea dos eventos.

Para conseguirmos cobrar responsabilidades e encontrar alianças possibilitadoras de edificações utópicas, cumpre que inicialmente busquemos firmar compromissos que se

credibilizem pelo histórico dos atos.

Nesse sentido, o governo de Mato Grosso avoca as seguintes responsabilidades:

I Reorganizar o Sistema de Educação do Estado, colocando como foco referencial de suas ações a unidade escolar, promovendo para tanto:

a) a diminuição da estrutura material e humana do escritório de gerenciamento central do sistema com a instituição do Sistema Único de Ensino;

b) desativação das instâncias de intermediação educacional nas regiões (Superintendências Regionais de Educação);

c) ativação de uma linha direta de ação cooperativa com os municípios, visando à racionalização das atividades administrativas e a otimização do esforço pedagógico, que deverá caracterizar-se como marco de intervenção da diretriz política no sistema;

d) implantação de um modelo de gestão que deve contemplar a administração democratizada: a) com diretores eleitos, b) com a existência de conselhos para o assessoramento e sustentação comunitária da prática, c) com a garantia de repasse sistemático de recursos financeiros para o custeio e manutenção das escolas, d) com a criação de um fundo que estimule a produção de pesquisas e possibilite a integração das singularidades, abrindo o veio da criatividade e da identidade regional;

e) construção gradativa da plena autonomia das unidades escolares.

f) atualização do conceito de

currículo, ativando-o no cotidiano do processo de ensino-aprendizado;

g) modernização da prática pedagógica, garantindo a diversificação de multi-meios e a estruturação de pólos regionais de apoio educacional numa prática integrada com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT);

h) monitoramento estatístico da relação entre a demanda real verificada e o universo de cobertura da rede, identificando as eventuais causas do déficit ou ociosidade no atendimento e orientando a política de expansão do sistema;

i) instituir, em parceria com os municípios e a sociedade civil organizada um programa de garantia de permanência do aluno na escola;

j) estabelecer um padrão mínimo de funcionamento das escolas que tenha por paradigma as condições humanas, materiais e físicas.

II Promover política de profissionalização docente que estabeleça uma relação madura de responsabilidades e direitos, assegurando:

a) instalação de um programa de qualificação global que convoque as universidades à elaboração de um programa permanente e de longo prazo visando a eliminação do déficit formativo até o ano 2014;

b) revisão e proposição de um novo Estatuto do Magistério e do Plano de Carreiras e Salários;

c) elaboração de uma política salarial que aponte o resgate da profissão docente.

III Instituir um programa de ava-

liação institucional, interna e externa, que subsidie as necessidades de intervenção e eventuais redirecionamentos de gestão, o acompanhamento permanente da execução da política educacional e que instrumentalize a prestação de contas sistemática à sociedade.

Um decênio amarelado

Em 1995, Valter Albano, então à frente da Secretaria de Estado de Educação, iniciou o processo com força. Propôs a Gestão Compartilhada como primeiro instrumento de construção do Sistema Único; desativou as Superintendências; instituiu as assessorias pedagógicas com foco de atuação ampliada, voltadas tanto ao acompanhamento das unidades estaduais locais quanto à articulação com os municípios; iniciou a discussão, proposta pelo Sintep, da profissionalização dos funcionários da Educação; elaborou os primeiros mecanismos para o repasse de recursos descentralizados às escolas, entre outros.

Em 1996, quando convidados a assumir a Seduc, entendíamos que nosso foco devia voltar-se ao aprofundamento das reformas com a reorganização radical do setor, instituindo o Sistema Único Descentralizado de Educação Básica (SUDEB).

Para tal entendíamos que a proposta deveria estar alicerçada para além de uma vontade de governo. Devia ser fruto de uma ampla e educativa discussão que pudesse contar com o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar e também da sociedade de Mato Grosso. O processo de construção seria socializado e ascendente.

Tivemos no Sintep inicialmente um adversário, e logo após um entusiasmado parceiro. O principal ponto de divergência era relativo à descentralização. Nas discussões genésicas defendíamos o protagonismo da escola como base nuclear sobre a qual seria edificado o sistema. Nessa perspectiva a adesão ao SUDEB seria fruto de decisão coletiva no âmbito de cada unidade escolar,



com a participação de professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade. O Sintep argumentava em sentido contrário, entendendo pela necessidade de uma estrutura central de gestão fortalecida, mas igualmente participativa. E em relação às escolas, defendia que sua adesão fosse automática e condicionada à própria criação do sistema. Outro aspecto de divergência dizia respeito à localização das estruturas privadas no sistema. O Sintep entendia que devíamos tratar apenas da escola pública. Advogávamos que um sistema educacional deveria necessariamente ater-se à totalidade da oferta; e em relação às instituições privadas, a sua regulamentação e acompanhamento eram incumbências indelegáveis do Estado.

Em meados de 1996 tivemos uma greve temática. E após cinco dias de paralisação chegamos a um consenso espelhado em uma carta-compromisso escrita a seis mãos



(Mauro Camargo, Carlos Maldonado e Carlos Abicalil) e assinada pelo governo e pelo Sindicato:

EDUCAÇÃO PÚBLICA COMPROMISSO POR MATO GROSSO

O governo do Estado de Mato Grosso e o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep) entendem que as propostas contidas no Plano de Metas e na Política Educacional do Estado representam, pela sua complexidade, ineditismo e profundidade, um marco histórico na educação pública. A efetivação das mudanças decorrentes da implantação deste novo modelo apenas será factível mediante amplo esforço e empenho determinado de todos os que atuam na área educacional, seja como usuários, servidores ou dirigentes.

Tal empreitada, mais do que um esforço pela qualidade do ensino público é um compromisso pela reinvenção de todo o modelo de oferta educacional até então conhecido. Inicia-se, em Mato Grosso, um processo de engajamento permanente, de inovação e ousadia, com responsabilidade compartilhada entre aqueles que fazem da educação o instrumento mais forte de emancipação social e afirmação da cidadania.

Este compromisso consubstancia-se nas seguintes ações:

1 - Reorganização do Sistema

1.1 - Automatização dos recursos constitucionais de modo a garantir absoluta segurança e transparência no trato dos ativos financeiros da Educação;

1.2 - Reestruturação do Fundo Estadual de Educação transformando-o em Fundo Estadual de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica;

1.3 - Reestruturação do Conselho Estadual de Educação transformando-o em Conselho Estadual de Gestão Educacional;

1.4 - Aprofundamento do debate em torno da viabilidade da implantação da Fundação Educacional de Mato Grosso.

2 - Fortalecimento da Escola

2.1 - Elaboração da Lei da Gestão Democrática;

2.2 - Elaboração de decreto que regulamente o funcionamento dos Conselhos Deliberativos Escolares, possibilitando que estes possuam personalidade jurídica;

2.3 - Aprofundamento dos mecanismos e critérios para o repasse direto de recursos às unidades escolares;

2.4 - Esforço conjunto pelo aperfeiçoamento e aprovação do projeto de lei nº 67/96;

3 - Profissionalização de Professores e Funcionários da Educação

3.1 - Manutenção do programa de qualificação docente consorciado com as universidades públicas e implementação do programa de profissionalização dos funcionários da Educação;

3.2 - Garantia do envio da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica ao Legislativo, mantendo a matriz conceitual e operacional oriunda da Comissão Paritária;

3.3 - Instituição dos mecanismos para fixação do piso salarial de professores e funcionários da Educação, em lei própria;

4 - Avaliação

4.1 - Criação de um modelo de avaliação sistêmica e processual.

O presente compromisso referenda os termos do ofício nº 605/96 sob a ótica da responsabilidade conjunta governo-Sintep na instalação de processos que aprofundem, qualifiquem e fortaleçam as propostas político-educacionais para Mato Grosso.

Cuiabá, do inverno para a primavera de 1996.

Dante Martins de Oliveira
Governador de Mato Grosso

Carlos Augusto Abicalil
Presidente do Sintep-MT

Após isso, realizamos a I Conferência Estadual de Educação, onde quase três mil delegados de todas as cidades do Estado votaram e aprovaram o desenho e a estrutura do Sistema Único de Educação Pública Básica (SUEPB).

A força do momento e da idéia fez com que, mesmo com a troca de secretários, a proposta se transformasse em Lei.

Lembro-me da felicidade em sabê-la feita e, logo após, do transtorno ao lê-la: Afastou do cenário imediato a criação da Fundação Educacional de Mato Grosso; com isso fez esquecida a proposta da instituição de uma carreira única para os profissionais da educação pública no estado. Inventou um Frankenstein chamado "Gestão Única" como uma nova ante-sala do Sistema Único e uma espécie de "avanço" na "Gestão Compartilhada". Quando a li, pensei: "perdemos pelo menos uma década". Fui otimista. Uma década já se passou e o horizonte próximo nos afasta ainda mais daquela possibilidade.

Acinzentada Contemporaneidade Azul

Instados a colaborar na Agenda Mato Grosso Mais Forte, entendida como um conjunto de compromissos da atual gestão com a sociedade mato-grossense, propusemos em 2002:

"(...) A educação é vista pelo governo Blairo Maggi como o espaço possibilitador da construção de um futuro distinto para os milhares de mato-grossenses sem acesso à mobilidade social positiva; é compreendida como um direito humano que guarda em si e no seu exercício um ilimitado poder de transformação libertadora.

Sobre os seus alicerces edificam-se a evolução humana, a liberdade e a democracia. É fundamento do Estado moderno, é condição emancipatória dos povos e das Nações.

Para efetivar tal concepção, tratamos a educação como Política de Estado focada em três linhas orientadoras para o amplo debate com a toda a sociedade mato-grossense:

1. A reestruturação legal da gestão pública para a educação básica com a criação do Sistema Único de Educação Pública Básica;

2. A democratização ativa e participativa em todas as estruturas e processos educacionais. A universalidade do acesso, permanência e resultado positivo na educação ao longo da vida, como conceito de inclusão para a sociedade mato-grossense, garantindo a prioridade incondicional, no primeiro momento, para todas as crianças e jovens;

3. A revalorização e o fortalecimento da escola como unidade básica desse sistema e a valorização dos trabalhadores da educação como base fundamental para a inovação, mudança e evolução, num movimento permanente de elevação da qualidade".

(...)

Para isso os passos propostos são:

1) Reestruturação Legal da Gestão Pública da Educação

1) Instituição do Sistema Único de Educação Pública Básica, integrador dos níveis de governo entre si e com a sociedade.

2) A criação da rede mato-grossense de escolas públicas, à qual por adesão poderão incorporar-se as atuais redes escolares municipais.

3) Adequação dos instrumentos de financiamento do setor

com as seguintes idéias iniciais:

a) Criação de mecanismo incidente na origem bancária do pagamento dos impostos estaduais e municipais, que garanta automaticamente a integralização das receitas do Sistema;

b) Transferência imediata e informatizada das vinculações constitucionais às instâncias do Sistema;

c) *Implantação da rede gerencial, administrativa e pedagógica do SUEPB com a informatização de todas as suas instâncias nas dimensões iniciais da gestão financeira, de pessoal e documentação escolar*¹;

d) Redução, no primeiro momento, da distorção distributiva dos recursos do FUNDEF com a consolidação do censo escolar em junho e repasse atualizado a partir de agosto de cada ano para os entes do SUEPB, mesmo antes da sua instalação legal;

e) Superação do paralelismo, da concorrência e da competição entre redes, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos: nas ofertas de capacitação e qualificação; nos ganhos de escala nas despesas públicas; na redução do aparato material e humano de gestão; na implantação de um plano de carreiras e salários que assegure regime jurídico único aos profissionais da educação; na capacidade de planejamento e avaliação, entre outras vantagens;

f) Otimização do sistema de compras educacionais, integrando-o às políticas microrregionais e regionais de desenvolvimento, estimulando a associação ou cooperativização de pequenos e médios fornecedores e a aquisição de gêneros, materiais de construção e equipamentos por via de pregão em leilão reverso e a contratação de mão-de-obra para reformas e pequenas obras diretamente pelas escolas, priorizando a geração de emprego e renda em seu entorno;

A ampliação dos recursos não será contingente (incidental, incerta, ocasional) para a modernização e qualificação do atendimento na educação fundamental e para a expansão da educação infantil e do ensino médio."

(...)

A maior parte das propostas foi aproveitada no texto final da Agenda. Passados três anos, porém, o Sistema Único que seria a base sobre a qual se alicerçaria a política educacional de Mato Grosso não chegou sequer a ser discutido, muito menos encaminhado.

Continuamos dispersos e fragmentados. Sistemas de ensino, níveis de oferta, carreiras profissionais...

1 A informatização do Sistema contará inicialmente com a implantação de:

a) um cadastro estadual exaustivo de todos os docentes e funcionários da educação;

b) um modelo de matrícula única de todas as crianças mato-grossenses, com base no número do seu documento de identidade que aproveitará a todas as dimensões de incidência das políticas sociais;

c) um sistema unitário e informatizado de gestão financeira, executado localmente e contando com mecanismos de acompanhamento e controle nos níveis local, regional e estadual que assegurem a transparência plena da distribuição e aplicação dos recursos;

d) um cadastro geral, com organização regional de pessoas e empresas fornecedores de produtos ou serviços, que se habilitem

junto ao SUEPB para a implantação dos modelos de pregão com leilão reverso e contratações.

Em médio prazo caminharemos para o desenvolvimento e implantação de:

- um modelo de integralização de informações com base no geo-processamento;
- a criação de banco de formulários e rotinas administrativas;
- um modelo de documentação escolar estadual, que facilite para o aluno o livre trânsito entre quaisquer níveis e instituições educativas do estado, resguardando a diversidade existente no Sistema;
- um banco de registro de demandas e ofertas formativas;
- uma biblioteca virtual expansiva;
- um banco de experiências inovadoras e/ou exitosas; entre outras.

O Preturo tem futuro? Qual será sua cor?

A cada eleição recomeçamos com a esperança do reinvento. Da roda. Que só conhecemos quadrada.

E pneus quadrados fazem com que o carro da educação ande. Só e empurrado.

E um cansaço se abate sobre os ânimos. Quarentões, parece que não queremos mais mudar o mundo. Já nos acostumamos a ele.

Quando muito nos basta eleger um representante em quem depositar sonhos vãos: vereador, deputado, senador, prefeito, governador, tanto faz. Ao poder nada é melhor que deixar a educação em paz. Uma paz de cemitério. O poder embrutece a vista pela sua redução. Toda a paisagem do poder é um espelho. Nela a educação não cabe. A não ser como adereço, como discurso, como promessa adiada, num tempo que sempre está para chegar. Chegou? Drummond nos dá respostas:

"Não, o tempo não chegou de completa justiça.

O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.

(...)

Sob a pele da palavra há cifras e códigos.

(...)

As coisas. Que tristes são as coisas consideradas sem ênfase. Vomitar esse tédio sobre a cidade.

Quarenta anos e nenhum problema Resolvido, sequer colocado."

"Como fugir ao mínimo objeto

Ou recusar-se ao grande? Os temas passam,

Eu sei que passarão, mas tu resistes

E cresces como fogo, como casa,

(...)

Tal uma lâmina,

O povo, meu poema, te atravessa".

Ao contrário do que me disseram quando fiz 40, não é aqui que a vida começa. Graças a Deus. Aos 40 já temos passado e acumulamos capacidades suficientes para aprender com ele. Alguns olhando o que viveram dizem: "Já está bom. Só falta aposentar". Outros se pegam agonizados. Pela pressa. De quem entendeu que futuro não é promessa que só se vive no depois. Que futuro é preturo: a ação da gente construindo no presente o passado de amanhã.

Que hoje e sempre o Sintep construa passados que valham a pena ser lembrados, invocados, colocados, resolvidos.

E que continue uma organização republicana: atravessada pelo povo, mais que atuando em seu nome.

Que aos 80 o passado nos dê mais razões para comemorar.



Carlos Maldonado
é professor da UNEMAT

1 Ação desesperada possui aqui o entendimento dado por Sartre em 'O Existencialismo é um Humanismo': "Quer ela dizer que nós nos limitamos a contar com o que depende da nossa vontade, ou com o conjunto das probabilidades que tornam a nossa ação possível." Ainda com Sartre, essa posição nos coloca em uma situação de relativa governabilidade quando a ação que encetamos depende da disposição de outras pessoas ou circunstâncias para a sua realização. Se contarmos com apoios eventuais, de pessoas, organizações ou partidos, eles poderão ou não chegar à hora, poderão ou não compartilhar preturos. Por isso a ação desesperada consiste em "agir sem esperança" ou ainda "agir sem esperar". Quanto maiores forem as possibilidades de uma ação que só dependa do nosso desejo e vontade, maiores serão as probabilidades de sucesso e realização. Agir sem esperar é agir com a liberdade dos que possuem o preturo disponível. Vandré há mais de 30 anos nos ensinava o mesmo: "quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

2 Talvez a palavra ainda não exista, mas ela quer significar um tempo singular, inédito e único, que se confunde com a experiência subjetiva de quem o possui. Nessa direção, só o preturo é real. Passado, presente e futuro se conjugam em cada pessoa como uma verdade acessível. A sua. Ela não condiciona nem é condicionada pela espaciotemporalidade do outro, mas cria a possibilidade de uma interlocução, de um posicionamento, de uma relação de conhecimento assentada num mútuo que não é comum. Com isso queremos compartilhar a idéia de que passado e futuro são disposições concretas (concreto-conceituais), sujeitas à vontade de quem as interpreta e utiliza. Não são entidades reificadas, são pulsos ou pulsões disponíveis aos sobressaltos, (lógicos e emocionais), da vida. Ao invento ou reinvento permanentes e constantes. Podemos dizer que passados presentes evoluem passados distantes e vice-versa. Que futuros presentes evoluem futuros distantes e vice-versa.

3 A informatização do Sistema contará inicialmente com a implantação de:

- um cadastro estadual exaustivo de todos os docentes e funcionários da educação;
- um modelo de matrícula única de todas as crianças mato-grossenses, com base no número do seu documento de identidade que aproveitará a todas as dimensões de incidência das políticas sociais;
- um sistema unitário e informatizado de gestão financeira, executado localmente e contando com mecanismos de acompanhamento e controle nos níveis local, regional e estadual que assegurem a transparência plena da distribuição e aplicação dos recursos;
- um cadastro geral, com organização regional de pessoas e empresas fornecedores de produtos ou serviços, que se habilitem junto ao SUEPB para a implantação dos modelos de pregão com leilão reverso e contratações.

Em médio prazo caminharemos para o desenvolvimento e implantação de:

- um modelo de integralização de informações com base no geo-processamento;
- a criação de banco de formulários e rotinas administrativas;
- um modelo de documentação escolar estadual, que facilite para o aluno o livre trânsito entre quaisquer níveis e instituições educativas do estado, resguardando a diversidade existente no Sistema;
- um banco de registro de demandas e ofertas formativas;
- uma biblioteca virtual expansiva;
- um banco de experiências inovadoras e/ou exitosas; entre outras.

"Pra Continuar Valendo Nosso Suor"

Gestão 2003-2006

Diretoria

Presidente: Júlio César Martins Viana (Colíder)

Vice-presidente: Maria Aparecida Arruda Cortez (Várzea Grande)

Sec. Geral: Marli Keller (Cuiabá)

1ª Secretária Geral: Maria Cirlene Resende Cunha (Cuiabá)

Sec. Finanças: Orlando Francisco (Cuiabá)

1ª Sec. Finanças: Maria Helena Wagner (Barra do Garças)

Sec. Infra-estrutura: Ziquidalto de Castro Rodrigues (Itiquira), Antonio Marcos C. da Silva (Itiquira)

Sec.Org. Sindical: Edson Evangelista dos Santos (Cuiabá)

Luiz Benedito Prina (São José dos Quatro Marcos)

Sec. Form. Sindical: Gilmar Soares Ferreira (Várzea Grande), Neuza Aparecida dos Reis (General Carneiro)

Sec. Ass. Educacionais: Maria Antonia Martins dos Santos (Cuiabá), Maria Luzenira Braz (Cuiabá)

Sec. Comunicação: Divanez Alves Correia (Porto Alegre do Norte)

Sec. Artic. Sindical: Helena Maria Bortolo (Cuiabá), Silvio Sérgio Paccin (Denise)

Sec. Funcs. Educação: Maria da Piedade Cunha Lima Moraes (Barra do Garças)

Sec. Redes Municipais: Lúcia de Lourdes Gonçalves (Cáceres), Tereza Piloneto Mangolin (Colíder)

Sec. Políticas Sociais: Maria Luiza Bartmeyer Zanirato (Cuiabá)

Sec. Ass. Juríd. Legislativos: Bregitte Margot Zittlau (Água Boa), Orlando Santos (Cuiabá)

Sec. Aposentados: Creuza Camila de Figueiredo (Cuiabá)

Sec. Cultura: Thelma Maria Silveira (Cuiabá)

Sec. Adm. Sindical: Isac Pintor (Juara)

José do Carmo (Comodoro)

Pólos Regionais

Oeste I: Ricardo de Assis (Poconé)

Oeste II: José Alcides Gil (Cáceres)

Oeste III: Francisco Santino da Silva (Pontes e Lacerda)

Nortão I: Andiária Telma Lopes de Souza (Colíder)

Nortão II: Henrique Lopes do Nascimento (Alta Floresta)

Nortão III: Cleufa Hubner (Sinop)

Nortão IV:

Sul I: Bartolomeu B Belmonte (Rondonópolis)

Sul II: Auro Antonio Merenguelli (Jaciará)

Noroeste: Geovani de Matos Lins (Juína)

Médio Norte I: Vânia Regina do Prado Vieira (Barra do Bugres)

Médio Norte II: Mirian Botelho (Rosário Oeste)

Leste I: Omar Cirino de Souza (Barra do Garças)

Leste II: Ana Lúcia Antonia da Silva (Ribeirão Cascalheira)

Leste III: Alex Ferreira da Cruz (Luciara)